

**DECRETO Nº 10.827**  
**DE 22 DE MAIO DE 2025**

**ALTERA E ACRESCE DISPOSITIVOS DO  
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA DE  
ENGENHARIA DE TRÁFEGO DE SANTOS –  
CET - SANTOS, APROVADO PELO DECRETO  
Nº 9.759, DE 20 DE JULHO DE 2022.**

**ROGÉRIO SANTOS**, Prefeito Municipal de Santos,  
usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** O artigo 18 do Estatuto Social da Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos, aprovado pelo Decreto nº 9.759, de 20 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 18.** O prazo do mandato dos membros da Diretoria Executiva é de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.”

**Art. 2º** O artigo 24 do Estatuto Social da Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos, aprovado pelo Decreto nº 9.759, 20 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 24.** O Conselho de Administração é composto por 09 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral.

**§ 1º** O prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração é de 02 (dois) anos, sendo permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas.

**§ 2º** É obrigatória a observância, por 25% (vinte e cinco por cento) dos membros do Conselho, ou ao menos 01 (um) deles, dos requisitos de independência do artigo 22 da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.”

**Art. 3º** O inciso XII do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos, aprovado pelo Decreto nº 9.759, 20 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 27. [...]**

**XII** – escolher e destituir os auditores internos e os membros dos Comitês Estatutário e de Auditoria Estatutária, bem como estabelecer regras para procedimento para composição e funcionamento desses órgãos.”

**Art. 4º** O artigo 28 do Estatuto Social da Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos, aprovado pelo Decreto nº 9.759, 20 de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 28.** O Conselho Fiscal será composto por 05 (cinco) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 02 (dois) anos, permitidas 02 (duas) reconduções consecutivas, competindo-lhes:

**I** – emitir parecer anual a cada final de exercício social sobre a gestão patrimonial e financeira da CET-Santos;

**II** – exercer controle das suas contas, durante todo o exercício, por todos os meios julgados convenientes.

**§ 1º** O Conselho Fiscal terá funcionamento permanente e deverá reunir-se trimestralmente, independentemente de convocação.

**§ 2º** Os membros do Conselho Fiscal em exercício elegerão anualmente, entre si, um Presidente.

**§ 3º** O Conselho Fiscal deverá ter 01 (um) membro indicado pelo ente controlador, servidor público com vínculo permanente com a Administração Pública.”

**Art. 5º** O Estatuto Social da Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos – CET-Santos, aprovado pelo Decreto nº 9.759, 20 de julho de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo VIII-A:

### **“CAPÍTULO VIII-A DOS COMITÊS**

**Art. 28-A.** O Comitê Estatutário será composto por 03 (três) membros, escolhidos dentre os funcionários de carreira da CET-Santos.

**Parágrafo único.** Compete ao Comitê Estatutário verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos membros para o Conselho de Administração, para o Conselho Fiscal e para o Comitê de Auditoria Estatutário, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.

**Art. 28-B.** O Comitê de Auditoria Estatutário será composto por 03 (três) membros, em sua maioria independentes, e reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

**§ 1º** Compete ao Comitê:

**I** – opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

**II** – supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

**III** – supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

**IV** – monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;

**V** – avaliar e monitorar exposições de risco da empresa pública ou da sociedade de economia mista, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

**a)** remuneração da administração;

**b)** utilização de ativos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

**c)** gastos incorridos em nome da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

**VI** – avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

**VII** – elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

**VIII** – avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a empresa pública ou a sociedade de economia mista for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

**§ 2º** O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à empresa

pública ou à sociedade de economia mista, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

§ 3º O Comitê de Auditoria Estatutário deverá se reunir quando necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

§ 4º A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário.

§ 5º Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da empresa pública ou da sociedade de economia mista, a empresa pública ou a sociedade de economia mista divulgará apenas o extrato das atas.

§ 6º A restrição prevista no parágrafo anterior não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria Estatutário, observada a transferência de sigilo.

§ 7º O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

**Art. 28-C.** São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:

**I** – não ser ou ter sido, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê:

**a)** diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta;

**b)** responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na empresa pública ou sociedade de economia mista;

**II** – não ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas no inciso I;

**III** – não receber qualquer outro tipo de remuneração da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;

**IV** – não ser ou ter sido ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão da pessoa jurídica de direito público que exerça o controle acionário da empresa pública ou sociedade de economia mista, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.

**§ 1º** Ao menos 01 (um) dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária.

**§ 2º** O atendimento às previsões deste artigo deve ser comprovado por meio de documentação mantida na sede da empresa pública ou sociedade de economia mista pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contado a partir do último dia de mandato do membro do Comitê de Auditoria Estatutário.”

**Art. 6º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Palácio “José Bonifácio”, em 22 de maio de 2025.

**ROGÉRIO SANTOS**

*Prefeito Municipal*

Registrado no livro competente.

Departamento de Registro de Atos Oficiais do Gabinete do Prefeito Municipal, em 22 de maio de 2025.

**NATÁLIA LUCENA DOS SANTOS**

*Diretora do Departamento*